

PT e PRN querem vetar suplementações

Foto de Sérgio Marques

BRASÍLIA — As suplementações de verba solicitadas pelo Executivo ao Congresso Nacional podem não ser mais aprovadas por estarem comprometendo a situação financeira do País em 1990, quando o próximo Governo assumir. A decisão foi tomada ontem pelo PT e pelo PRN, durante reunião de lideranças partidárias, mas ainda precisa contar com o apoio dos demais partidos.

Como explicou o Deputado Renan Calheiros (PRN/AL), os pedidos de créditos adicionais não têm lastro, se baseando apenas na emissão de títulos públicos, "o que compromete fundamentalmente a equipe a assumir em 15 de março".

A idéia do PT e do PRN é aprovar só as complementações destinadas ao pagamento de pessoal e da dívida, procurando impedir a liberação de qualquer outro crédito adicional. Com esse objetivo, novas reuniões estão marcadas para hoje. Uma entre as lideranças partidárias e outra dos economistas do PT e do PRN com o Presidente e o relator da Comissão Mista de Orçamento, encarregada de dar o parecer sobre os pedidos do Executivo.

— Essa é uma bomba de tempo, que vai explodir no próximo Governo — reagiu o principal economista do PT, Aloísio Mercadante, depois de encontrar o Secretário do Tesouro Nacional, Luís Antônio Gonçalves.

A equipe econômica do PT voltou ontem ao Ministério da Fazenda, desta vez levando farta documentação sobre o perigo da aprovação de créditos suplementares no ritmo que estão acontecendo. Alguns desses



Lideranças dos partidos dos candidatos presidenciais analisam os dados sobre os pedidos de verba do Governo

créditos, inclusive, atendendo solicitações para obras novas.

O PT apurou que os Ministérios Militares, embora continuem pedindo mais recursos para o orçamento deste ano, têm despesas já aprovadas, cujas verbas não foram ainda empenhadas, mas estão disponíveis no Tesouro. Documentos comprovando essa situação foram mostrados durante a reunião de lideranças, ontem, no Congresso.

Por essas razões as bancadas do PT e do PRN acreditam que não terão dificuldade em conseguir o apoio dos outros partidos nessa briga. O Deputado Francisco Dorneles (PFL/RJ), já se mostrou a favor, afirmando que as aprovações precisam

ser sustadas por completo, deixando uma exceção somente no que se refere à dívida e ao pagamento do funcionalismo. Será difícil, no entanto, o apoio do líder do Governo, Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB/RS), para quem a manobra não passa de "um desejo de 54 parlamentares".

Outro ponto em comum entre o PT e o PRN é quanto ao impedimento da programação especial, que atende as emendas apresentadas ao Orçamento, com base na economia de gastos através da aplicação do redutor. Para ambos o recurso é inconstitucional e diminui sensivelmente a margem de manobra do novo Governo. O objetivo é convencer o Deputado Luís Roberto Ponte a recomendar o veto

do Presidente José Sarney sobre esse projeto, caso passe no Congresso Nacional.

O terceiro ponto acertado entre os dois partidos, durante a reunião de lideranças refere-se à necessidade de deixar claro, no Orçamento de 1990, a proibição da contratação de novas obras. Para o PRN esta é uma medida fundamental que, não sendo aprovada, levará o partido a se articular contra todo o Orçamento. Já o PT aceitaria a proposta do Deputado César Maia (PDT/RJ), que permite a abertura de novos contratos depois do primeiro trimestre, isto é, quando o novo Governo tiver assumido e puder decidir quais as suas prioridades.